

# Ecos da Independência

O GLOBO

21 SET 2000

MARINA SILVA

**A**s eleições municipais, em todo o país, aproximam-se da reta final. Que lugar terão essas eleições no desenrolar do fio da História brasileira? Será que elas poderão significar um avanço em cultura política e na qualidade da gestão pública? As respostas talvez não devam ser muito otimistas, mas podem ser esperançosas, nesse país que ainda vê a História como sucessão de heróis. E eles são importantes, sim. Muitas vezes encarnam sentimentos e idéias de toda uma geração, mas não fazem individualmente a História.

Os heróis são apenas a ponta de um processo, a versão simplificada de um tempo. A verdadeira História depende das atitudes cotidianas, dos sonhos, da coragem ou da covardia de milhares de pessoas que nunca terão seus nomes nos livros, mas influenciam decisivamente o rumo dos acontecimentos.

Da herança cultural e política dos portugueses guardamos valores positivos, mas também traços perversos, ainda arraigados, dos quais um dos piores é o patrimonialismo, que resulta na apropriação privada dos bens públicos. E não apenas no sen-

tido de bens materiais, mas do próprio exercício do poder.

Na visão patrimonialista, o governante é um senhor que tudo pode e o Estado é como se fosse sua propriedade particular. Conseqüentemente, os cidadãos não têm direitos de fato. Recebem benesses aqui e ali, em lugar de exigir os serviços e benefícios que são devidos a toda a sociedade pelo poder público. Troca-se cidadania por relações de favor pessoal. Aí morrem os direitos, a justiça, a ética, o bem comum, os valores morais. E aí vicejam a subserviência, o engodo, o banditismo político, a impunidade, o mau uso do dinheiro público e a miséria social.

O patrimonialismo ainda vigente é um dos principais entraves à nossa efetiva independência. Ainda somos um país de "senhores e escravos", mas agora numa relação de submissão permeada pelo favor pessoal e pela tolerância com os desvios de conduta dos governantes.

Uma expressão resistente dessa praga é o "rouba mas faz", que ficou famoso com Adhemar de Barros em São Paulo mas tem representantes em todos os estados, especialmente no meu, o Acre.

É importante tentar analisar por que figuras associadas a essa prática

continuam presentes na vida pública e ainda recebem votos dos eleitores. Acredito que um dos motivos é que nossa população não vê o dinheiro público como algo de todos e de cada um. Ao contrário, o que é público parece que não é de ninguém. Portanto, muitos não se escandalizam quando um governante desvia dinheiro público; não percebem que foi no seu bolso que meteram a mão e foi dos seus filhos que roubaram o futuro, a escola, a saúde, o alimento.

Outro problema é que muitas pessoas não identificam de onde sai o dinheiro público. Parecem ter a impressão de que sai de algum buraco mágico. Não vêem que sai, em cada centavo, do bolso de todos. Que a cada litro de gasolina, a cada pacote de comida comprado do comerciante, o povo está pagando para formar o bolo dos recursos públicos. Que a cada vez que se recebe um salário, uma parte vai obrigatoriamente para o mesmo bolo que é objeto de roubo, má gestão e uso irresponsável por parte de políticos desonestos.

Portanto, o trabalhador não faz, em geral, uma ligação explícita entre o gasto malfeito por um governante, o desvio de recursos, e o assalto ao seu próprio bolso, o desrespeito ao seu suor, à sua contribuição para o

bem comum. A herança patrimonialista secular parece impedir o povo de enxergar que aquele que "rouba, mas faz", faz muito pouco diante do que deixa de fazer e impede que se faça no futuro.

O produto do assalto que não se transforma em benefícios públicos não é visível, dá a impressão que não existe. E o ladrão ainda fica com a fama de que "fez" algo positivo pela comunidade.

Mas, cada vez mais, também temos, em todo o país, iniciativas de mudança no rumo da cidadania e da verdadeira independência. O principal foco da mudança em curso é o surgimento de governantes que não querem ser senhores coloniais. Querem ser gestores públicos, administradores decentes do que é da coletividade, prestadores de serviços honestos à sociedade. Se esta mudança se completará, se ela um dia será dominante no Brasil, se teremos direitos respeitados e iguais, se acabará a roubalheira descarada e impune de dinheiro público, isso tudo os políticos honestos não podem garantir.

A decisão não é deles, é da população que, por meio do voto, pode separar o joio do trigo.

MARINA SILVA é senadora pelo PT do Acre.